



LHM

## A HISTORICIZAÇÃO DA FICÇÃO EM A BRASILEIRA DE PRAZINS

Katrym Aline Bordinhão dos Santos<sup>1</sup>

\*Instituto Federal do Paraná (IFPR) – Campus Campo Largo  
e-mail: katrym.santos@ifpr.edu.br

**Resumo:** Ao abordar acontecimentos assumidos como históricos ou ficcionais em um romance, o narrador faz escolhas acerca dessas denominações, considerando que a confusão entre esses dois termos acompanha os leitores até hoje. O romance *A brasileira de Prazins*, de Camilo Castelo Branco e publicado em 1882, aborda a representação de episódios históricos da região do Minho, enquanto se apresentam elementos paratextuais que têm como objetivo configurar fontes que justifiquem uma possível historicização da ficção. O narrador camiliano, como de costume, apresenta seus pensamentos acerca desses processos, que atribui trazerem veracidade ao que conta, e da própria reação da comunidade ao episódio do suposto reaparecimento de D. Miguel, ao mesmo tempo em que aborda uma revolução e o enredo sobre a vida de uma personagem que é afetada por tais acontecimentos. Diante disso, compreender as caracterizações e problematizações acerca do conceito de história no enredo, permite que se aprofunde no entendimento das propostas literárias e possibilidades de interpretação do texto, o que levam, por meio das aproximações com teóricos acerca da obra de Camilo Castelo Branco e da história na literatura, à demonstração da capacidade desse narrador em diferenciar perante os leitores a história “do coração” e aquilo que “a história quiser contar”.

**Palavras-chave:** História. Camilo Castelo Branco. Narrador.

### La historicización de la ficción en *A Brasileira de Prazins*

**Resumen:** Al abordar acontecimientos que se suponen históricos o ficticios en una novela, el narrador toma decisiones sobre dichas denominaciones, considerando que la confusión entre estos dos términos acompaña a los lectores hasta hoy. La novela *A brasileira de Prazins*, de Camilo Castelo Branco, publicada en 1882, trata de la representación de hechos históricos de la región de Minho, al tiempo que presenta elementos paratextuales que tienen como objetivo configurar fuentes que justifiquen una posible historicización de la ficción. El narrador camiliano, como es habitual, presenta sus reflexiones sobre estos procesos, a los que atribuye la capacidad de dar veracidad a lo

<sup>1</sup> Professora do ensino básico, técnico e tecnológico no Instituto Federal do Paraná (IFPR) – campus Campo Largo. Pesquisadora da obra camiliana desde o doutorado, realizado na Universidade Federal do Paraná (UFPR), faz parte do grupo de pesquisa Camilo Castelo Branco (CNPq). Currículo Lattes: <https://lattes.cnpq.br/9386095242700085>.



que cuenta, y sobre la reacción de la comunidad ante el episodio de la supuesta reaparición de D. Miguel, al mismo tiempo que aborda una revolución y la trama sobre la vida de un personaje que se ve afectado por estos acontecimientos. En vista de ello, comprender las caracterizaciones y problematizaciones del concepto de historia en la trama permite profundizar el entendimiento de las propuestas literarias y las posibilidades de interpretación del texto, lo que conduce, a través de las aproximaciones con teóricos de la obra de Camilo Castelo Branco y de la história en la literatura, a demostrar la capacidad de este narrador en diferenciar ante los lectores la historia “desde el corazón” y lo que “la historia quiere contar”.

**Palabras clave:** Historia. Camilo Castelo Branco. Narrador.

"É o que foi, e a história não pode dizer outra coisa"

(Castelo Branco, 1995, p.102)

A discussão sobre a historicização da ficção, como optei por denominar esta tarefa, evoca uma série de conceitos em torno do romance histórico, ainda mais por o objeto de análise ser o romance *A brasileira de Prazins*, publicado por Camilo Castelo Branco em 1882. A obra aborda a representação de episódios históricos da região do Minho, enquanto se apresentam elementos paratextuais que têm como objetivo configurar fontes que justifiquem a já referida possível historicização da ficção.

O reaparecimento de D. Miguel é somente a mais explícita menção a um fato histórico no enredo, permeado por alusões a batalhas menores, e mesmo a figuras que fizeram parte do setembrismo e eventos que nele culminaram ou dele decorreram. Há um cuidado, sempre reiterado, por parte do narrador ao apresentar os fatos, de modo que relatem o que aconteceu “de verdade”, como em uma das primeiras notas explicativas, das onze citadas ao fim do romance:

Como seria de mau gosto inventar este episódio, imponho-me o dever de afirmar que estas notícias me foram transmitidas por um ilustrado cavalheiro da Póvoa de Lanhoso, o Sr. José Joaquim Ferreira de Melo e Andrade, da casa nobilíssima das Argas, falecido, com mais de oitenta anos de idade, em 1881. Conquanto a imprensa contemporânea, que eu saiba, não falasse no pseudo D. Miguel, as revelações do ancião de Lenhoso merecem-me e são dignas de toda a confiança. (Castelo Branco, 1995, p. 217).

Tal observação exemplifica o que Ana Maria dos Santos Marques (2012, p.220) explica: “ao certificar a veracidade de alguns detalhes, Camilo pretende inculcar no espírito do leitor a autenticidade da narrativa na sua totalidade. E parece sentir maior necessidade dessa atestação nos pontos em que a história toca declaradamente o inverossímil”. O status



negativo que atribui à invenção que poderia ter originado o seu relato demonstra a seriedade que o narrador camiliano supostamente confere à documentação histórica, inclusive o registro feito pela imprensa. Ainda assim, tece elogios para validar o voto de confiança à palavra de sua “fonte”.

Ao se trabalhar com a designação de romance histórico as rotineiramente marcas atribuídas a ele surgem, como abordagem de um fato considerado da História dita oficial, o retrato de vivência de um grupo, advindo das consequências desse fato, assim como os personagens que remetam a figuras históricas. O objetivo aqui não será esse, embora tais situações me sirvam como caminho na tarefa de demonstrar como Camilo lança mão de expedientes que validem alguns de seus enredos como históricos. Leva-se em conta, para isso, a observação de Ana Maria Ramalhete a esse respeito “Dever-se-á salientar a pretensa indiferença de Camilo perante a classificação da obra em gênero específico, permitindo-se flutuar na ambiguidade entre história e ficção. A tendência viciada de catalogação era, pois, passada ao receptor”. (Ramalhete, 1994, p.279).

Receptores por natureza, nós, os pesquisadores da área, nos interessamos justamente pela estratégia utilizada na manutenção dessa ambiguidade, tendo em vista que o interdito é muitas vezes mais trabalhoso do que a exposição propriamente dita. É o detalhe que interessa ao estudioso da literatura, e, no caso do leitor do século XIX (e por que não, o de agora?) é o entretenimento que está em jogo. De qualquer forma, sabe-se que o conceito, e a confusão em torno, de história e ficção povoa a imaginação humana, ainda hoje, como cotidianamente vislumbramos nas salas de aula, quando da discussão sobre “fake news”, por exemplo, ou nos constantes questionamentos dos alunos ao fim de uma explanação sobre enredo “Mas isso é verdade? Aconteceu mesmo?”.

O narrador camiliano já problematizava essa questão ao abordar a aparição do D. Miguel que toma grande parte da narrativa de *A brasileira* de Prazins: “- Na falta do verdadeiro D. Sebastião, apareceram três falsos” (Castelo Branco, 1995, p.94). Naturalmente que havia quem desconfiasse num primeiro momento do ressurgimento da figura, mas o que o imaginário popular guardava como característico, crível, acerca da identificação do monarca, acabava por fazer com que considerassem como real, como um sinônimo de histórico. Nessa situação, portanto, misturavam-se a subjetividade marcada pela sentimentalidade em torno da figura e a vivência de uma situação histórica, que podemos aproximar de uma analogia com a própria organização do romance dito histórico.



A ironia sobre esse tipo de situação aparece mais uma vez em uma das descrições de batalhas da personagem Zeferino: “A bebedeira dos ouvintes dera à pérfida aleivosia do pedreiro vingativo o valor de fato histórico” (Castelo Branco, 1995, p. 140-141). Notadamente o narrador teoriza sobre o próprio processo que está reproduzindo, entendido aqui como a representação ficcional de um fato histórico, e alerta para os perigos em torno disso. É a partir desse trecho que percebemos, também, um dos diversos momentos em que se representa o cotidiano local. Para Elzira Queiroga (2015, p.36): “Apesar de se tratar de uma realidade recriada literariamente, a produção camiliana, além de incluir uma narração de experiências pessoais, compreende o enquadramento vivencial de uma sociedade, o palpitar da vida no qual se resume a própria identidade”. Justamente a configuração da identidade do povo é que pode ser visualizada no retrato pintado dos principais personagens em *A brasileira de Prazins*, como veremos adiante.

Por agora, entender o enquadramento dado aos fatos passa pela menção à figura do morgado José Joaquim, ocorrida no trecho destacado acima, já que a relação do próprio Camilo Castelo Branco com essa figura “real” abre espaço para entendermos o processo de historicização, objetivo maior desta reflexão. Camilo recebera dele um resumo de uma história da Maria da Fonte, de acordo com Armando E. Mallzeiro da Silva e Alberto Filipe Araújo (1996, p.210), acompanhado de uma carta de agradecimento pelo envio de seu último romance.

A Revolução da Maria da Fonte resume atos relacionados ao descontentamento do povo com leis que proibiam o enterro em igrejas, e acaba abordando também o desgosto com a cobrança de novos impostos, culminando com a Guerra Civil da Patuleia. Como se sabe, Camilo publicou em 1885 uma obra intitulada *Maria da Fonte*, que não é identificada como obra ficcional, nem mesmo romance histórico, e entendida também como “a visão de um senhorio da casa” acerca do episódio histórico. Na obra *O Liberalismo na Póvoa de Lanhoso: o Administrador do Concelho na Revolução da Maria da Fonte*, essa relação também é abordada, desta vez de forma mais detalhada:

Não sendo muitos os documentos que atestam a relação existente com o romancista de Seide, é no entanto inegável e documentalmente comprovada a relação de causa/efeito entre as informações transmitidas por Ferreira de Melo e Andrade e o “romance histórico” *Maria da Fonte*, que Camilo Castelo Branco escreveria, refletindo uma versão dos acontecimentos por aquele transmitida, onde é possível constatar alguma revelação ou recalçamento de sentimentos ou de aspirações não realizadas. (Freitas, 2015, p.90)



O autor comenta sobre a visualização ressentida que foi repassada a Camilo sobre o episódio histórico, que atribui ao recalque diante dos problemas enfrentados por José Joaquim, administrador do conselho à época: “O relato [...] é mesmo uma maldade e um ajuste de contas com as mulheres da Póvoa de Lanhoso, pois a partir de um escrito essencialmente factual, coloca a sua carga de ‘estória’ e um peso negativista na figura e na ação das mulheres da Póvoa de Lanhoso.” (Freitas, 2015, p.150). Ainda de acordo com Freitas, tamanho foi o descontentamento diante da versão, que em 1886 organizou-se um jornal popular chamado “A Maria da Fonte”, que pretendia dar voz à versão que o povo contava sobre a revolução. Ainda que essa não seja a principal abordagem de *A brasileira de Prazins*, o episódio também é lembrado no romance, daí nosso interesse em apresentá-lo.

De qualquer forma, Camilo lança mão da figura de José Joaquim de Ferreira e Melo ainda em outras notas que pretendem historicizar a ficção ali relatada. Embora em sua descrição sobre a figura somente destaque que pertencia à casa nobilíssima, o narrador abre espaço em ainda duas notas ao final do romance, para atestar que “segundo as informações textuais do “já referido” ou “Informação de Ferreira de Andrade” (Castelo Branco, 1995, p.218). A menção à região do Minho não é novidade, e o jornal *Correio da Manhã*<sup>2</sup>, ao anunciar evento que rememoraria a chamada Revolução Maria da Fonte assinalou em 2016:

Camilo dedicou, na sua obra, uma relevância significativa à Póvoa de Lanhoso. Além de referências esporádicas a esta terra em obras como ‘Novelas do Minho’, há pelo menos três romances do ‘Mestre de Ceide’ que têm como palco este concelho, nomeadamente ‘O Demónio do Ouro’ (1873), ‘A Brasileira de Prazins’ (1882) e o já citado ‘Maria da Fonte’ (1885). (Cunha, 2016)

Assim, podemos considerar que encontramos a menção ao primeiro personagem, já que entendemos as “Notas” como parte do romance, que possui uma relação com a História, considerada aqui como aquela comprovada por fontes (documentos) e que pode aproximá-lo das caracterizações que cercam o denominado como histórico. Logo, fazer referências explícitas, e comprováveis, a um membro da política da região expõe uma credibilidade que pode ser atribuída, uma vez que o leitor envolvido na já referida confusão entre realidade e ficção pode encontrar calma na constatação documental da existência de um personagem.

<sup>2</sup> Disponível em:

[https://www.cmjornal.pt/portugal/detalhe/camilo\\_castelo\\_branco\\_evocado\\_nos\\_170\\_anos\\_da\\_maria\\_da\\_fonte](https://www.cmjornal.pt/portugal/detalhe/camilo_castelo_branco_evocado_nos_170_anos_da_maria_da_fonte). Acesso em 12 jun. 2024.



Ademais, o trabalho de Freitas ainda apresenta trechos de cartas trocadas entre José Joaquim e Camilo, que ajudam a compreender e até mesmo concordar com as teorizações sobre a relação que o romancista travava entre os fatos históricos que abordava em seus romances. No dia 15 de outubro de 1871 é possível ler uma observação do romancista acerca da organização de seu futuro romance “O demônio do Ouro”, que viria a ser lançado dois anos depois: “Não importa que os sucessos, correlativos à “Herança de Londres”, abranjam cronologicamente diferentes períodos. Se eles derem urdidura para três histórias, ligá-las-emos por maneira que os romances se completem uns com os outros” (Freitas 2015, p.141)”.

Como é sabido, há alguns títulos que são “assumidos” como romances históricos em meio a sua profícua obra, inclusive nos subtítulos, a exemplo de *O Regicida, romance histórico*, e *A Caveira da Mártir, romance histórico, em seguimento da Filha do Regicida*. Alguns críticos de sua obra objetam quanto à importância assumida pelo fato histórico em meio ao enredo, como é o caso de Eduardo Lourenço (1994, p.809):

A história, que tanto fascinou a ficção do século XIX, de Walter Scott a Tolstoi, foi, sobretudo, para Camilo, um manancial de fábulas reais que nenhuma ficção pode igualar, ficção à espera que alguém a tome para a ficcionar, quer dizer, para a tornar credível, sensível à verdade humana, que é a do coração, verdade inverossímil, pouco ou nada épica. História de algum modo desmistificada e não mestra da vida, como classicamente se entendia. De certo modo, Camilo opera em relação a História como fonte de nobre inspiração, uma revolução paralela, mas de sentido oposto à que levará a cabo em relação às histórias sentimentais, triviais, que ele elevará – nos seus romances mais célebres – à altura de mitos. (Lourenço, 1994, p.809)

O retrato da sentimentalidade e vivência de determinado grupo se mostra em *A brasileira de Prazins*, de forma muito parecida com a assumida por Camilo na carta acima referida. Exemplificando a constatação de Lourenço, os relatos de muitas das personagens assumem contornos visivelmente marcados pela visão subjetiva, com um sentimentalismo diante dos acontecimentos. As trajetórias de muitos são detalhadas em pormenores para fazerem jus ao reconhecimento de sua validade por D. Miguel, e – por que não? – para o leitor que as acompanha. Como Lourenço aponta, o fato histórico parece apenas o elo entre diversos fatos importantes para o enredo do romance, verdadeira preocupação.



Ainda assim, é preciso que levemos em conta o status assumido pela literatura do século XIX em Portugal, considerando que *A brasileira de Prazins* foi publicado em 1882, para que entendamos que a historicização não era uma característica exclusiva dessa obra. Elzira Quiroga (2015, p.31) fala a esse respeito:

Observada numa perspectiva de serviço público, a literatura serve o projeto de enraizamento do sentimento patriótico no povo. Ao mesmo tempo que abarca a recolha, o registo e a interpretação simbólica dos vários monumentos, tradições e paisagens naturais, valoriza-as como expressões da identidade portuguesa. (Quiroga, 2015, p. 31).

Esse caráter patriótico é destacado constantemente pelo narrador camiliano, como quando admite: “perguntei com ardente curiosidade histórica, para esclarecer a minha pátria com um episódio romanesco das suas guerras civis” (Castelo Branco, 1995, p.10). Naturalmente que precisamos levar em conta a constante presença da ironia na obra camiliana, mas não passa despercebida a seriedade com que o assunto é tratado, como se ao contar aquele acontecimento estivesse se concretizando uma ação necessária e útil à nação como um todo. É a efetivação da missão nacional de uma vida, enfim.

Como se sabe, grande parte do romance se dedica à explicação do surgimento de um falso D. Miguel, capaz de enganar vários conterrâneos. Ao validarem marcas que consideram serem típicas do monarca, demonstrando um nacionalismo, retratada por meio das tradições, o que não passa despercebido em descrições como esta:

Por fim, vinha o café. As fatias eram torradas ali, no fogareiro. A sua majestade barrava-as de manteiga nacional – preferia a manteiga do seu país, como a vitela, e o lombo do porco no salpicão português, e o pé do porco nas tripas também portuguesas – tudo do seu país. Que rei, que patriota! – meditava o abade de priscos, bispo eleito de Coimbra, esmoncando-se e aparando as lágrimas ternas no alcobaça. (Castelo Branco, 1995, p.60).

Pode se entender essa veia nacionalista, e extremamente descritiva dos pormenores acerca da aparência, hábitos do falso D. Miguel, e dos que o apoiavam, como uma exemplificação, em *A brasileira de Prazins*, do que Ana Maria Ramalhete (1994, p.280) aponta acerca de *O Regicida*, “dentro desta estratégia de certificação da verdade o autor vai criar a ficção de sua cooperação secundária no texto, intervenção limitada à construção de episódios coerentes com o escrito de base”. Daí a explicação para a necessidade de tentar insistentemente inserir marcas de veracidade à narrativa.



A ironia do narrador camiliano continua na descrição de como tudo se organiza novamente, sem que haja nenhum tipo de castigo maior ou trauma em torno daqueles que colaboraram com a enganação do povo e os que foram iludidos. A explicação de Moisés Sobreira Souza (2015, p.61), colabora na compreensão de como o enredo trabalha com ficção e representações de fatos históricos para que uma dê continuidade à outra:

Desfeita a fraude, Veríssimo é preso, mas logo é posto em liberdade pelo conselheiro Leite, antigo amigo do seu pai. Sem maiores dissabores, segue novamente a vida de vadio até se envolver na guerra da Patuleia. Inicialmente, atua como setembrista, mas, considerando a possibilidade de obter mais vantagens no lado oposto, não hesita em recorrer novamente ao expediente pícaro da rotatividade. Dessa maneira, deserta e passa a dar vivas à Carta Constitucional, atitude que lhe rendeu, como calculado, um cargo público na aduana.

O histórico de trapaças e a série de perambulações não deixam dúvidas acerca do ancestral picaresco de Veríssimo. Através dele, cumpre destacar, Camilo Castelo Branco revolve a cena social portuguesa das décadas de 1820 e 1840, acrescentando-lhe uma interpretação despida da seriedade historiográfica e pronunciando os frequentes cataclismos políticos dessa época pelo ângulo cínico desse vadio simpático. (Souza, 2015, p.61),

Tal ação camiliana reitera a sua estratégia em torno da organização romanesca, marcada pela visão histórica que ele admitira em sua ficção. Todas as reviravoltas em torno do enredo demonstram como as divagações colaboravam para se prender a atenção de um leitor, que diante da desfaçatez da farsa do retorno de D. Miguel poderia crer que a narrativa estava finalizada. O acesso ao desenrolar da história de amor, que de acordo com o narrador foi o real motivo de se propor a escrever aquela “história qualquer”, ainda estava suspenso; e, como quero aqui demonstrar, se relaciona com fatos históricos, que afetam de certa forma o andamento da vida de alguma personagem ficcional, de acordo com a descrição clássica do romance histórico.

A opção por esse mito histórico, a espera pelo retorno do monarca, encontra explicação novamente na fala de Silva e Araújo, ao explicarem as representações da revolução da Maria da Fonte:

A revolta contra o Governo dos Cabrais revestira-se, portanto, de um cunho "épico" que honrava os seus participantes, estimulando a natural busca de primazia ou de protagonismo heróico, em suma, a identificação de um rosto. Tarefa que apaixonará escritores e jornalistas, no último quartel do séc. XIX e que aguçará, muito naturalmente, o bairrismo de alguns naturais da Póvoa. [...]. Os *Apontamentos* estimularam-lhe, de facto, o engenho, mas não deixou de ter em conta as referências precedentes de Gomes de Amorim, autor das *Memórias Biográficas de Garrett*, de Pinho Leal, de Alberto Pimentel (*Jornada dos Séculos*) e de Oliveira Martins (*Portugal*



*Contemporâneo*): agarrou a "história", juntou-lhe lembranças da sua juventude rebelde e aventureira, introduziu-lhe abundantes referências ao miguelismo (não faltando a sequência dos falsos D. Miguel, à maneira dos falsos D. Sebastião ...) e, na sua inconfundível e cáustica ironia, zurziu o pobre clérigo minhoto e ousou aumentar o rol de presumíveis heroínas, apresentando a público, como "autêntica" [...]. Com a mais acre ironia, Camilo desmistificou a figura e fixou-a em traços duros, mas não menos contraditórios. (Silva & Araújo, 1996, p. 210 e 211).

Embora os autores estejam se referindo à publicação de 1885, em *A brasileira de Prazins* a revolução é citada sem grandes pretensões, apenas para ambientar o momento em que Marta de Prazins sofria com a não realização de seu amor com José Dias:

- Agora! Quer dizer que o meu cunhado morreu quando por aí andavam os da Maria da Fonte a tocar os sinos e a queimar a papelada dos escrivães, sabe vossemecê? Acho que foi então ou por perto. - E juntou: - Ele gostava aí muito de uma moça, isso é verdade. Era a Marta... (Castelo Branco, 1995, p. 9).

Essa menção ocorre logo no início do romance, quando o narrador contextualiza como teve acesso aos fatos que irá relatar. O episódio histórico só será novamente apresentado para elucidar como ocorreu um dos tratamentos que buscavam curar Marta, no capítulo XVIII, o que demonstra como o fato histórico teve efeitos na vida da personagem, embora ela não estivesse diretamente envolvida neles.

Chegaram por este tempo, vindos das terras de Basto a Requião, os tão almejados missionários, interrompidos no seu estéril apostolado pela revolução de Maria da Fonte. Marta ouviu a notícia com alvoroço, e disse que queria seguir os sermões - que precisava de salvar a sua alma. (Castelo Branco, 1995, p.185)

Em suma, tais considerações demonstram que, como explicado por Marques (2012, p.216): "Camilo tendia a isolar na História os episódios e factos anedóticos mais favoráveis à observação dos destinos individuais dos heróis, e mais interessantes do ponto de vista do efeito romanesco". Ou seja, o objetivo é colaborar para o interesse na narração do enredo, com fatos históricos funcionando como elementos colaborativos e não como o principal objetivo ao serem abordados.

Basta notar como ter o casal principal se separado também por conta de uma revolta popular - lembremo-nos que Zeferino aproveitara o movimento para invadir a casa de José Dias, ao que sua mãe, preparada, consegue evitar ao enviá-lo para outra cidade - colabora na dramaticidade da história. A partir daí, José Dias começa a sentir os sintomas de sua



doença piorarem, e culminar na sua morte, que concretiza o destino do distúrbio mental que será encarado por Marta o resto de sua vida.

### Considerações finais

Ao apresentar o volume *Ficção histórica: teoria e crítica* (2011) de organização da professora Marilene Weinhardt, Júlio Pimentel Pinto (2011, p. 8), traça os interesses gerais ao se trabalhar com o romance histórico, quando história e ficção se referenciam e “se torna possível e desejável percorrer os labirintos do ofício alheio, inclusive para compreender novas dimensões do trabalho principal de todos, a interpretação” (Weinhardt & Pinto, 2011, p.8).

Essa descrição muito se aproxima do intento aqui, levando em conta que o objetivo não foi delimitar ou definir a obra como vinculada ao romance histórico, mas sim demonstrar como a tentativa de interpretá-la à luz das referências históricas permitiu visualizar a concretização de uma leitura diversa, apresentando as tentativas de um narrador de caracterizar como histórica, entendida naquele contexto como “realmente ocorrida”, uma narrativa ficcional. O objetivo do crítico literário é se ocupar das possibilidades de interpretação, por fim, e este trabalho não é uma exceção.

*A Brasileira de Prazins* encerra a produção camiliana, e muitas de suas análises giram em torno do afastamento das ditas características românticas a que Camilo é normalmente aproximado. A relação com as fontes históricas fez parte de muitas produções, sendo em alguns casos mais aprofundada – como se entende ser este caso, tendo em vista que até hoje o livro é lembrado ao se mencionar o evento histórico da revolução da Maria da Fonte.

Ao abordar alguns elementos e falas do narrador, aproximando com as teorias sobre como Camilo abordava a história em seus romances e os fatos históricos ali retratados, tem-se um exercício de problematização do próprio conceito de história e ficção. Dessa forma, foi possível demarcar “o respeito pela «verdade» do «coração», mais do que pela «verdade histórica»; a concepção do romancista como um «historiador» da condição humana e a exposição irônica de todos os artifícios inseparáveis da atividade do romancista.” (Marques, 2012, p.255). Seja como for, o romance nos permite notadamente



destacar a capacidade do narrador em fazer com que o leitor acredite nos acontecimentos como reais, seja por meio do que ouviu falar o do que “A história quiser contar.

## Referências

CASTELO BRANCO, C. **A brasileira de Prazins: cenas do minho**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1995.

CASTELO BRANCO, Camilo. **A filha do Regicida: romance histórico**. 7. ed. Lisboa: Parceria A. Maria Pereira, 1967.

CASTELO BRANCO, C. **O Regicida: romance histórico**. Lisboa: Imprensa Nacional -Casa da Moeda, S. A, 2013.

CUNHA, S. Camilo Castelo Branco evocado nos 170 anos da Maria da Fonte. **Correio da Manhã**. Lisboa, 19 de abril de 2016. Disponível em:

[https://www.cmjornal.pt/portugal/detalhe/camilo\\_castelo\\_branco\\_evocado\\_nos\\_170\\_anos\\_da\\_maria\\_da\\_fonte](https://www.cmjornal.pt/portugal/detalhe/camilo_castelo_branco_evocado_nos_170_anos_da_maria_da_fonte). Acesso em 12 ju. 2024.

FREITAS, P. A. R. **A Póvoa de Lanhoso no Liberalismo. O Administrador do Concelho na Revolução da Maria da Fonte**. Póvoa de Lanhoso: Câmara Municipal da Póvoa de Lanhoso; Centro Interpretativo Maria da Fonte, 2015. Disponível em: [https://arquivo.mun-planhoso.pt/\\_docs/PVLnoLiberalismo\\_ACnaMF\\_s.pdf](https://arquivo.mun-planhoso.pt/_docs/PVLnoLiberalismo_ACnaMF_s.pdf). Acesso em 24 jun.2024.

LOURENÇO, E. O tempo de Camilo ou a ficção no país das lágrimas. In: **CONGRESSO INTERNACIONAL DE ESTUDOS CAMILIANOS**, 1994, Coimbra. Actas... Coimbra: Comissão Nacional das Comemorações Camilianas, 1994. p. 807-817.

MARQUES, A. M. S. O Anacronismo no Romance Histórico Português Oitocentista. Porto: Edições Afrontamento, 2012. Disponível em: <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/13536.pdf>. Acesso em: 01 de set.2018.

PAVANELO, L. M. O Demônio do Ouro, de Camilo Castelo Branco: um outro romance histórico de (mais) um mestre na (semi)periferia do capitalismo. **Revista Letras**, Curitiba, n. 87, p. 169-186, jan/jun. 2013.

PINTO, J.P. Apresentação. In: WEINHARDT, M. (Org.). **Ficção histórica: teoria e crítica**. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2011.

QUEIROGA, E. S. Os gestos e os paladares da mesa camiliana. 2015. Dissertação. Lisboa. Universidade Aberta. Mestrado em estudos do património.

[https://repositorioaberto.uab.pt/bitstream/10400.2/4449/1/TMEP\\_ElziraQueiroga.pdf](https://repositorioaberto.uab.pt/bitstream/10400.2/4449/1/TMEP_ElziraQueiroga.pdf). Acesso em: 15 ago.2018.

RAMALHETE, A. M. «Aspectos de Camilo Leitor/Relator da História. A Casa de Bragança», In: **Actas do Congresso Internacional de Estudos Camilianos (24-29 de Junho de 1991)**, Coimbra, 1994.

SILVA, A. B. M da. & ARAÚJO, A. F. Miguelismo e Maria da Fonte – Notas para uma Leitura Mitanalítica. In: **CONGRESSO DA MARIA DA FONTE. História da coragem feita com o coração:**



actas do Congresso "Maria da Fonte--150 anos," 1846/1996. Póvoa de Lanhoso: Câmara Municipal da Póvoa de Lanhoso, 1996. Disponível em: <https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/52263/2/amalheiomiguelismo000117262.pdf>. Acesso em 03 set. 2018.

SOUSA, M. S. Os Pícaros, os cavaleiros andantes e as bases peninsulares do romance português. **Revista Letras**, Curitiba, n. 91 p. 57-74, JAN./JUN. 2015.

